

Transformações no mundo do trabalho, reestruturação do capitalismo e emergência da classe dos mobilizadores precários no espaço urbano

Changes in the world of work, restructuring of capitalism and emergency of class precarious mobilizers in urban space

Transformaciones en el mundo del trabajo, reestructuración del capitalismo y emergencia de la clase de los movilizadores precarios en el espacio urbano

Cleiton Ferreira da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

cleitonf4@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo problematiza a reestruturação produtiva do capitalismo e as transformações recentes no mundo trabalho, ou seja, a flexibilização, a subcontratação e a fragmentação dos direitos trabalhistas historicamente conquistados. Por isso, nos propusemos em analisar a atuação desta classe trabalhadora, num contexto de ascensão das mobilizações populares no espaço urbano brasileiro, abordando esquematicamente os seguintes temas: o caráter do capitalismo periférico; a discussão e os conceitos sobre a emergência dos "novos sujeitos sociais urbanos" e a repercussão das mobilizações num espaço cada dia mais fragmentado e excludente.

Palavras-chave: Capitalismo. Flexibilização. Classes. Mobilização. Espaço Urbano.

Abstract

This article discusses the productive restructuring of capitalism and the recent transformations in the world of work, that is, the flexibilization, subcontracting and fragmentation of the historically conquered labor rights. For this reason, we set out to analyze the performance of this working class in a context of the rise of popular mobilizations in Brazilian urban space, schematically addressing the following themes: the character of peripheral capitalism; The discussion and the concepts about the emergence of the "new urban social subjects" and the repercussion of mobilizations in an increasingly fragmented and exclusive space.

Keywords: Capitalism. Flexibility. Class. Mobilization. Urban Space.

Resumen

Este artículo problematiza la reestructuración productiva del capitalismo y las transformaciones recientes en el mundo laboral, es decir, la flexibilización, la subcontratación y la fragmentación de los derechos laborales históricamente conquistados. Por eso, nos propusimos en analizar la actuación de esta clase trabajadora, en un contexto de ascenso de las movilizaciones populares en el espacio urbano brasileño, abordando esquemáticamente los siguientes temas: el carácter del capitalismo periférico; la discusión y los conceptos sobre la emergencia de los "nuevos sujetos sociales urbanos" y la repercusión de las movilizaciones en un espacio cada día más fragmentado y excluyente.

Palabras clave: Capitalismo. Aliviando. Clases. Movilización. Espacio Urbano.

Introdução

A acumulação flexível lançou bases concretas para a redefinição estrutural do capitalismo e sua expansão cada dia mais intensiva, provocando mudanças substanciais em setores em que o mercado visualiza como campo fértil para o acúmulo de capitais, sendo potencializada por vários fatores, como a ascensão do mercado em detrimento do papel do Estado, a privatização de empresas estratégicas públicas, a minimização da ação do Estado na garantia dos direitos básicos e prestação de serviços essenciais, o aprofundamento de um sistema financeiro global altamente organizado, a dispersão geográfica das grandes corporações e, a redefinição nas relações do trabalho. Todos estes fatores funcionaram como mecanismos que potencializaram as desigualdades socioespaciais.

Com a reorganização produtiva, o mundo do trabalho foi altamente impactado, através da complexificação das relações de produção, da automação dos meios produtivos, da perda de direitos historicamente constituídos resultando na precarização da classe trabalhadora, tornando-a sistematicamente em subempregados, subcontratados, terceirizados ou simplesmente trabalhadores informais. Por outro lado, os que se inserem no campo de trabalho formal, não significa que terão garantidos seus potenciais direitos, pois vivem permanentemente a aflição do desemprego ou a gradual flexibilização das Leis e direitos conquistados.

Neste sentido, a dimensão explicativa que associavam unicamente a condição de classe ao trabalhador inserido na fábrica, na indústria ou num sistema produtivo congênere, não consegue caracterizar a nova classe de trabalhadores que ascendem intrínsecas a esta mesma reestruturação produtiva, ao mesmo tempo, a construção conceitual de classe à dimensão da renda, termina trazendo imprecisões claras sobre a real configuração das classes. Paralelamente, deve-se questionar ainda, as teorias que promulgavam o fim das classes sociais e, conseqüentemente de suas lutas, especialmente, com o aumento do setor terciário e o aparecimento de outros estratos sociais. Fundamentalmente, o capital utiliza-se dos mecanismos mais modernos para a extração da mais-valia, incorporando os setores mais diversificados do trabalho, logo, os conflitos são ainda mais hegemônicos e antagônicos, com lutas cada dia mais extremadas.

Neste sentido, esta análise baseou-se na compreensão e inserção deste sujeito coletivo na cidade contemporânea e contraditória, ou seja, se de um lado houve um crescimento da proliferação do discurso desenvolvimentista e estratégico de administração das cidades, com a privatização do espaço público e a instauração do urbano como mercadoria, do outro, surgiram mobilizações sociais que questionam o caráter excludente destes espaços e a necessidade de lutar pela democratização e o direito à cidade, incorporando diversos segmentos da classe urbana precarizada, são os que aqui denominamos de Mobilizadores Precários.

A partir deste contexto, queremos problematizar e descrever as características destes sujeitos urbanos, redefinindo esta classe trabalhadora ascendente, a partir de sua inserção numa conjuntura de precarização e ao mesmo tempo de insurgência e mobilizações, descrevendo a importância dos mesmos para a construção de espaços solidários e democráticos, que questionam a função rentista-fundiária da terra urbana. Para isto, reacendemos o debate em torno da conceituação de classe a partir do fator econômico (especialmente na realidade brasileira), as críticas em relação às teorias que defendem o fim das classes sociais e a emergência das lutas de classes no espaço urbano, num contexto de reestruturação produtiva do capital e negação de direitos e da luta por uma habitabilidade verdadeiramente digna.

Transformações no mundo do trabalho e reestruturação produtiva na periferia do capitalismo

A reorganização do mundo do trabalho é fruto da reestruturação produtiva do capitalismo, impulsionada pela mundialização do capital e pela penetração nas mais diferentes e inusitadas localidades. O capitalismo redefine fronteiras geográficas, nacionalidades, culturas, civilizações, instrumentos administrativos e de gestão, legislações e sistemas de proteção aos trabalhadores. A análise de Marx e Engels (1999) no Manifesto Comunista continua extremamente atual:

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção, isto é, todo o conjunto das relações sociais. Esta mudança contínua da produção, esta transformação ininterrupta de todo o sistema social, esta agitação, esta perpétua insegurança distinguem a época burguesa das precedentes. Todas as relações sociais tradicionais e estabelecidas, com seu cortejo de noções e idéias antigas e veneráveis, dissolvem-se; e todas as que as substituem envelhecem antes mesmo de poder ossificar-se. Tudo o que está estratificado e em vigor volatiliza-se, todo o sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar a sua situação de vida, os seus relacionamentos mútuos com olhos sóbrios (MARX e ENGELS, p. 10 e 11, 1999).

A derrocada do bloco soviético e a mundialização da economia, através do processo de globalização, alterou significativamente as relações de trabalho. A flexibilização dos meios de produção, a dinâmica de uma reprodução ampliada e o sistema financeirizado da economia global conduzem ao surgimento do *abominável mundo do trabalho precário*¹ (ALVES, 2007). Neste

¹ O próprio autor estabelece diferenciações entre precarização e precariedade. Para ele, a precarização é um processo histórico-social de perda de vínculos sociais com a produção do capital. É um *deslocamento* no espaço-tempo da condição de proletariado. Ora, a superpopulação relativa em si, como categoria social, é expressão da *precariedade* do trabalho assalariado. Precariedade é uma *condição* histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho. Mesmo o trabalhador assalariado que *flui* por conta dos ciclos industriais, explicita sua precariedade viva (a *precariedade* é uma dimensão ontológica do trabalho assalariado). Entretanto, o incremento da produtividade do trabalho tende a impulsionar o movimento de *precarização* do trabalho assalariado, explicitando, portanto, novas determinações da precariedade viva (ALVES, p. 102 e 103, 2007).

sentido, as condições postas pelo capitalismo na atualidade não conduzem necessariamente o trabalhador, que vende a sua força de trabalho, em assalariado *sui generis* ou como fora historicamente conceituado (proletariado), isto é, com as mesmas características dos trabalhadores dos séculos XIX e XX, por exemplo. O capitalismo recria permanentemente seus mecanismos de exploração e extração da mais valia, ao passo que a luta dos contrários nunca foi tão intensa, ou seja, a luta entre os que detêm os meios de produção e os que não possuem e precisam vender sua força de trabalho².

Os empregos estáveis, ditos formais, dão lugar a uma massa de trabalhadores denominados autônomos ou que trabalham por conta própria, para alguns, esses são supostamente "livres" do mecanismo de exploração do novo mundo do trabalho, entretanto, não deixam de serem elementos compositivos do modo de controle sócio-metabólico do capital (Ibid, 2007). São os chamados "faz tudo" que se propõem em lavar, pintar, capinar, consertar ou limpar, em troca de valores bem abaixo do que se cobra no mercado por empresas especializadas; São camelôs ou trabalhadores que vendem novos serviços, na qual Alves (2007) denominou de proletários-mascates, enfim, são variados casos que poderiam ilustrar a precarização do mundo do trabalho contemporâneo.

O trabalhador assalariado e formal não foge desta precariedade, afinal, mesmo sob um regime que lhe concede os direitos básicos e a inserção na legislação vigente é perceptível que as condições do trabalho são demasiadamente extenuantes: longas jornadas de trabalho e o estabelecimento de "bancos de horas" para a concessão de folgas, método de trabalho repetitivo que inviabiliza a criatividade e a produção do conhecimento, frágeis direitos trabalhistas e organizações sindicais pouco atuantes, uso de métodos corporativos de fiscalização e vigilância para a extração da mais valia absoluta, causando a deterioração física do trabalhador, aumento progressivo do deslocamento entre a área de trabalho e a residência, diminuindo o tempo de descanso, lazer e estudo, introdução de novos métodos de produção, onde o trabalho morto sob a forma de máquinas assume o papel do trabalho vivo, desencadeando ainda, a redução do valor dos bens individuais produzidos. Logo, a classe trabalhadora atualmente é flexível, fragmentada, complexa, difusa, fluída e fugaz, num processo permanente de redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2007).

² Ver as definições de Standing (2015) sobre o precariado: "exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade (STANDING, 2015, p. 25)". Outras características que o autor associa a esta classe é a insegurança do vínculo empregatício, a renda precária e vulnerável, a heterogeneidade na composição e a raiva diante da frustração da vida cotidiana. Para descrever o contexto eminentemente europeu, Standig sinaliza que o precariado vive sobre uma fronteira, isto é, exposto entre as ações reacionárias propagadas por políticos populistas (movimentos anti-imigração, por exemplo) e ações progressistas e democráticas (luta pelos direitos sociais e trabalhistas).

Neste contexto, é possível colocar em evidência a permanência da contradição capital-trabalho, pois o fetichismo da mercadoria tem a capacidade de transformar a relação social entre seres humanos em uma relação entre coisas ou simplesmente a ocultação do trabalho social intrínseco. Para Alves (2007) esta característica, no imaginário social, faz com que a categoria trabalho, perdesse sua centralidade sociológica. Porém, a práxis transformadora que é exercida pelo trabalho funda a sociabilidade e a consciência do ser humano, mesmo o trabalho vivo sendo substituído pelo trabalho morto, isso não cancela a necessidade do trabalho, portanto, a centralidade do trabalho³ continua efetivamente claro, obviamente de uma maneira completamente diferente quando se compara a épocas anteriores, ou seja, a ampliação dos serviços e do trabalho informal, em detrimento ao trabalho formal⁴, expressa e valida a análise centrada na totalidade da vida social, sob a perspectiva histórica e dialética (ARAÚJO, 2009).

Todavia, as condições atuais promovidas pelo capitalismo subvertem esta ordem, o sujeito social não é visto como produtor social ou trabalhador, mas como consumidor de mercadorias, com isso, as mercadorias serão produzidas não para satisfazer as necessidades da população, mas para a obtenção de lucros permanentes. De modo que o ser humano não será visto a partir de suas habilidades cognitivas e suas especificações, mas simplesmente como coisas, obtendo-se a ideia do desenvolvimento da coisificação das relações sociais, atribuídas ao processo de produção (RUBIN, 1980).

Reflexões no cenário brasileiro em torno das classes

Nos últimos anos, cresceu significativamente no Brasil, o debate em torno do conceito sobre as classes sociais e o surgimento de uma "nova" classe média, especialmente quando se verificou o crescimento da renda entre as famílias, o acesso ao crédito e ao consumo porém, a discussão se pautou quase que exclusivamente na definição destas classes a partir da dimensão econômica e do consumo, elementos estes que, muitas vezes, são utilizados como caráter definidor dos estratos sociais por alguns estudiosos, na definição, por exemplo, das chamadas classes A, B, C, D e E.

Alguns autores não negam por exemplo, a existência da classe média mas, questionam a ascensão de uma nova classe, mais precisamente a chamada “classe C”, como denominam alguns veículos de comunicação, amparado pelas análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

³ Sobre os argumentos do fim da centralidade do trabalho por alguns autores, especialmente do alemão Claus Offe, ver o artigo: O fim da centralidade do trabalho? De André Guimarães Augusto. Vide referências.

⁴ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado em novembro de 2018, indicam um crescimento vertiginoso do trabalho informal, impulsionado pela alta taxa de desemprego no país. <<https://noticias.r7.com/economia/informalidade-e-trabalho-autonomo-batem-recorde-no-brasil-06112018>>

(IPEA), pelo Ministério do Desenvolvimento Social⁵ (ainda durante o governo Lula) e alguns cientistas sociais, como os escritos de Neri (2008; 2010). Fundamentalmente, quando se utiliza o critério renda como elemento central⁶.

O viés crucial é que alguns críticos questionam a centralidade do trabalho⁷ como elementos definidores das classes, em função da reconfiguração nas formas de trabalho e na identidade dos trabalhadores⁸. Entretanto, ao desaparecer o trabalho como ponto crucial, desfaz-se a própria possibilidade de delimitar elementos que possibilitem reconhecer a classe “C” enquanto classe social (ABÍLIO, 2011).

Um bom debate traz Abílio (2011) acerca da “nova classe média” brasileira ao dialogar com vários pesquisadores. A autora enfatiza as mudanças técnico-científicas que vem ocorrendo em diversas partes do mundo ao citar, por exemplo, Chenais (2005) sobre dominância da valorização financeira. Porém, o ponto mais chamativo é a associação que é feita da “classe C” ao aumento do consumo:

Em termos de mercado consumidor, o crescimento da “classe C” se traduziu em um aumento extremamente significativo das taxas de consumo de determinados bens historicamente associados aos padrões de vida de classe média. (...) Os rendimentos associados ao potencial de consumo tornam-se então centrais para a definição de classes enquanto classes econômicas. (Ibid., 2011, p. 2).

⁵ Ver nas referências, o documento lançado pelo Ministério do Planejamento denominado: Indicadores de desenvolvimento brasileiro (2001-2012), que sintetiza os dados sobre crescimento de renda, acesso aos bens e serviços e, redução das desigualdades sociais. Em outro documento lançado pelo IPEA em 2012, denominado: A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e política de renda traz dados sobre os indicadores positivos neste período e a redução das desigualdades. Isso num contexto de eferescência econômica nacional. Para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), quando aprovou a nova definição de "classe média" em 2012, faziam parte deste grupo todos aqueles que recebiam uma renda mensal per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019,00, isto é, aproximadamente 54% da População Economicamente Ativa (PEA) do país (BRAGA, 2015).

⁶ Em texto publicado em 2012 e compilado no livro: A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais, Ruy Braga critica este critério adotado pelo governo brasileiro, mais especificamente pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da República (SAE), que orientava a criação das políticas públicas do governo federal na época, aprovando a nova definição de "classe média" utilizando uma única variável, isto é, a faixa de renda. Reforçando a ideologia de que o Brasil transformou-se em um "país de classe média".

⁷ No processo de socialização humana, o trabalho é encarado como o elemento que possibilitou a humanização dos sujeitos coletivos através do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a capacidade de racionalização permitiu que o homem se distinguísse de outros animais e, conseqüentemente modificasse tanto a natureza como a ele mesmo, em suas dimensões objetivas e subjetivas. No modo de produção capitalista as relações sociais são dissolvidas e convertidas em relações mercantis, desta maneira o trabalhador é transformado em mercadoria e sua força de trabalho adquire um valor que, para garantir sua sobrevivência precisa vender à burguesia que detém os meios de produção (MARX, 2001). Na contemporaneidade, há uma reorganização do sistema produtivo promovendo algumas alterações no mundo do trabalho: redução do proletariado estável, ampliação do trabalho "intelectualizado" no interior das plantas produtivas e modernas, generalização do trabalho precário, o trabalho *part-time* e terceirizado na era da empresa "flexível". Portanto, a centralidade do trabalho no capitalismo atual continua presente, porém, com dimensões efetivamente diferentes (ANTUNES, 2000).

⁸ Ver o trabalho de Lourenço (2012) sobre as discussões em torno do fim do trabalho e a chamada sociedade pós-industrial em: <<http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/52542/56508>>.

Mais adiante, estabelece que a possibilidade desta classe de acesso a bens de consumo e serviços não pode ser compreendido como um modo de vida de classe média. Como sintetiza Quadros (2008):

Em poucas palavras, nas condições brasileiras, um autêntico padrão de classe média pressupõe o acesso, com recursos próprios, a educação de qualidade; cursos de idiomas; viagens internacionais; convênios médicos abrangentes; moradias diferenciadas; alguma das diversas modalidades de segurança pessoal; serviços pessoais especializados, tais como, psicólogos, dentistas, oculistas, fisioterapeutas, nutricionistas e etc. reforçando que, em geral, tudo isso deve ser alcançado sem depender das redes públicas de serviços sociais bastante sucateadas. O que, convenhamos, está muito distante das condições da sofrida “classe C”, que no máximo pode ser classificada como remediada ao se diferenciar da massa de pobres e miseráveis (QUADROS, 2008, p. 16).

André Ricardo Salata (2015) traz um importante trabalho no bojo deste debate, utilizando não só os aspectos objetivos, que possam definir as classes como renda, escolaridade, ocupação e tipos de consumo, mas também os aspectos subjetivos dos entrevistados, ou seja, a dimensão do pertencimento de classe, ao invés da “consciência” de classe, que constantemente é mensurada a partir dos dados sobre localização subjetiva. Desta forma, Salata (2015) se baseou na questão do pertencimento individual, a partir de como os entrevistados se classificam “espontaneamente”, utilizando para isso dois questionamentos⁹: *“hoje em dia muito tem se falado sobre as classes sociais. A qual classe você acha que você pertence?”* e, *“E, entre as listas de opções abaixo (classe alta, classe média alta, classe média, classe média baixa, classe trabalhadora, classe baixa/pobre e nenhuma classe), a qual classe você acha que pertence?”* (Grifo do autor).

Baseando-se no levantamento e no tratamento dos dados, constatou-se que os indivíduos que são reconhecidos como “a nova classe média” ou o agregado de renda “C” (para este grupo o autor utilizou a média de renda entre R\$ 1.195,01 e R\$ 3.474,00), não possuem uma clara identidade de classe. Ao contrário, os indivíduos mais abastados (AB com renda acima do nível “C”) é que se pode encontrar uma identidade de “classe média”.

Desta forma, para o autor, a classe média no Brasil, não é aquela camada estatisticamente intermediária, isto é, a classe “C”, mas sim as pessoas com renda elevada, nível superior de escolaridade, com categorias ocupacionais de prestígio médio-alto, com probabilidade maior de possuir plano de saúde, poupança, usufruto de viagens ao exterior, acesso a teatros, filhos com possibilidade de estudar em escolas privadas, etc. (SALATA, 2015).

⁹ Para fazer este levantamento, o autor utilizou os dados sobre a “classe média no Brasil” de 2008, que traz informações sobre identidade de classes, percepções sobre a estrutura social e informações socioeconômicas. Os dados foram colhidos em 141 cidades, entre os dias 08 e 12 de setembro, e sua amostra é representativa para a população de 16 anos ou mais, tendo 2.002 casos, possuindo uma margem de erro de dois pontos percentuais para o resultado total. Para aprofundamento ver Salata (2015).

Um debate interessante faz Márcio Pochman (2012) ao questionar a “ascensão” de parcela da população brasileira à classe média como foi propagado pelos meios de comunicação. Para ele, o que houve foi uma forte profusão nos setores mais dinâmicos da economia do país: setor terciário, construção civil e indústrias extrativas, além da recuperação do valor real do salário mínimo, bem como da proteção e elevação do piso do poder de compra das remunerações dos trabalhadores.

Estes aspectos foram estimulados, concomitantemente, pelo crescimento de parcela dos ocupados com até 1,5 salários mínimo, aproximando-se a quase 59% durante a primeira década de 2000 (POCHMAN, 2012). A seguinte descrição sintetiza os estudos de Pochman (2012):

Em grande medida, a forte expansão do conjunto das ocupações de salário de base pertencentes ao setor terciário e da construção civil e indústria extrativa favoreceu a mais rápida incorporação dos trabalhadores na base da pirâmide social. Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração; embora não seja mais pobre, tampouco pode ser considerada de classe média. Esta, por sinal, praticamente não sofreu alteração considerável, pois se manteve estacionada na faixa de um terço dos brasileiros, ao passo que os trabalhadores de salário de base aumentaram sua participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3% em 2009. Na condição de pobreza, a queda foi significativa: de 37,2% para 7,2% no mesmo período (POCHMAN, 2012, p. 20).

Outros trabalhos demonstram que o caráter econômico ainda é predominante ao conceituar as classes sociais, sobretudo quando várias teorias ampliaram o debate em torno do fim das classes sociais, ao observar mudanças significativas a partir da segunda metade do século XX.

Há críticas inclusive, quando se isola o fator renda, como o único demarcador determinante de uma condição de classe. Souza (2012) questiona o Economista Marcelo Neri (2008; 2010) por apresentar este tipo de abordagem, que reduz o conceito de classe apenas à renda mensal. Se por um lado, a utilização de tal método, autoriza a construção de “classes de renda”, por outro, sua análise se compromete em ocultar a dimensão sociológica das classes sociais: o estilo de vida. Em seguida, Souza (2012) conclui:

Em suma, a redução do conceito de classe ao conceito de classe de renda é uma abstração que suprime e torna uma série de questões relevantes, sobretudo aquelas ligadas à ação social dos agentes. Chamar a atenção para a dimensão do estilo de vida é também destacar a função explicativa da ação social (SOUZA, 2012, p. 304).

Mais adiante, o mesmo autor, reafirma a possibilidade de levar em consideração a forma de socialização, como pressupostos para conceituar as classes, baseando-se numa estratégia coletivamente montada no intuito de reproduzir sua própria classe (Ibidem, 2012).

Diante da heterogeneidade socioeconômica brasileira e dos variados níveis de “empregabilidade”, José Alcides Figueiredo Santos (2013) enfatiza a possibilidade da abordagem de classe social, a partir da noção de desigualdade de direitos e poderes sobre ativos produtores de valor. Segundo o autor, esta interpretação oferece uma solução unificadora capaz de pensar as diversidades circunstanciais e relações que afetam o poder social, bem como as chances de vida dos indivíduos. Figueiredo Santos (2013) utiliza dados estatísticos oficiais do Brasil e categoriza capitalistas, empregadores com 11 empregados ou mais. Paralelamente, sugerem-se ainda alternativas complementares, para delimitar campos mais específicos, como os que agregam seis ou mais empregados (maior) e os que agregam cinco ou menos empregados (menor).

A delimitação da classe média neste contexto é extremamente complexa, mutável e heterogênea, para categorizar, por exemplo, as localizações privilegiadas da classe média, seja no campo autônomo ou no interior do trabalho assalariado, o autor propõe a diferenciação pelo exercício da autoridade (dominação nas relações capitalistas e funções gerenciais) ou controle de conhecimento perito (qualificação/perícia). Utilizando os dados do PNAD de 2008, o estudo define que: enquanto o primeiro abarcaria os diretores de empresas, os dirigentes da administração pública e gerentes de produção, por exemplo, o segundo abarcaria o oficial de justiça, professores do ensino médio e profissional com formação superior e perito judicial.

O trabalhador típico é tratado pelo autor como possuidor do controle do ativo de capacidade de trabalho, mas é constrangido a ceder ao empregador parte dos frutos do emprego produtivo desta capacidade, esta categoria inclusive, converge a grande maioria dos trabalhadores brasileiros (como demonstram os dados), juntamente com o grupo que comportam os destituídos de ativos, formados por: trabalhador elementar, autônomo precário, empregado doméstico, agrícola precário, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente. Este grupo converge os trabalhos mais degradantes, destituídos de poder e ativos e escassa qualificação, ao mesmo tempo, sofrem pelo processo de destituição socioeconômica, a insuficiência e pela depreciação dos ativos produtores de valor (FIGUEIREDO SANTOS, 2013).

O Sociólogo Jessé Souza (2012) continua sua crítica ao questionar a ascensão da “classe média” no Brasil e, conseqüentemente, através de um liberalismo economicista dominante que se faz: ao associar “os emergentes” a uma “nova classe média”:

O que complica a situação é que as mentiras sociais são, como vimos, sempre “meias-verdades”, do contrário elas não convenceriam ninguém. Assim, ninguém “nega”, na verdade, que existam classes sociais. Em um país tão desigual como o Brasil isso seria um disparate. O que o liberalismo economicista dominante faz é “dizer” que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular classe à renda. É isso que faz com que os liberais digam que os

“emergentes” são uma “nova classe média” por ser um estrato com relativo poder de consumo. O marxismo enrijecido não percebe também as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano mais importante e decisivo ainda, a uma “consciência de classe” que seria produto desse lugar econômico. (SOUZA, p.22, 2012).

Para o autor, o novo capitalismo financeiro transforma a realidade da sociedade, necessitando compreender estas mudanças no mundo do trabalho, logo, essa classe é “nova”, porque a alocação e o regime de trabalho são realizados de modo novo ao ajustá-los às novas demandas de ampliação e valorização do capital, paralelamente, o capital financeiro tenta diminuir seu tempo de giro como uma estratégia central do novo processo de acumulação ampliada neste sentido, o que há é uma “nova classe trabalhadora brasileira”, que se adequa e resulta deste modelo de organização do capital.

Essas concepções apontadas divergem da discussão meramente economicista, onde a dimensão de renda ou de posição social é levada a cabo na hora da definição de classes sociais. É nesta perspectiva que Galvão (2011) esclarece que algumas discussões minimizam o conceito de classe à renda e à dimensão ocupacional. Além disso, as classes como força social em ação não podem ser meros reflexos da posição da estrutura econômica. Para ela, o economicismo anula a política ao derivar o comportamento político da situação objetiva de classe, e, é sob esta perspectiva que alguns autores preferem trabalhar com variadas dimensões na hora de buscar uma conceituação do termo.

Portanto, esta análise acerca do conceito das classes sociais e sua estrutura nos convidam a perceber a complexidade em chegar a uma conclusão essencialmente “aceita”, especialmente quando se tem o pano de fundo a realidade brasileira. É notória ainda, a relação entre os binômios economia/classes sociais, causando a redução do conceito e sua inviabilidade teórico-metodológica na explicação dos fenômenos sociais contemporâneos e da própria dinamicidade socioespacial. O que há, na verdade, é uma classe trabalhadora extremamente precária, resultado da complexidade e dos mecanismos de expansão do capitalismo, que instaurou uma reorganização no mundo do trabalho para extrair exponencialmente a mais-valia, ao mesmo em que criam-se novas percepções interpretativas sobre estas mesmas classes. Logo, a morfologia dos trabalhadores de hoje, complexa, difusa e flexível, não é a morfologia social dos proletários do século XVII e, com a expansão de um capitalismo sócio-metabólico, a luta de classes que para alguns havia sido suprimida, tornou-se inversamente, mais intensa e exaustiva, assumindo assim, uma dimensão abstrata e recorrente (ALVES, 2007).

O que ocorre de fato é o aumento da exploração do trabalhador que acompanha as novas tendências da era pós-fordista, ou seja, um emergente modelo de acumulação flexível, cuja

tendência atual é o aumento dos trabalhadores assalariados ou subassalariados¹⁰, que vivem à margem da produção material, com o aumento da informalidade, dos flexíveis, dos trabalhadores precarizados, do desemprego estrutural, dos temporários, com forte teor de precariedade socioespacial e da diminuição do poder sindical (VASAPOLLO, 2007). Há, portanto, um aumento gradual da classe dos precariados:

Para compreender porque o precariado está crescendo, deve-se avaliar a natureza da Transformação Global. A era da Globalização (1975-2008) foi um período em que a economia se "desintegrou" da sociedade na medida em que financistas e economistas neoliberais buscaram criar uma economia de mercado global baseada na competitividade e no individualismo (STANDING, 2015, p. 49).

Diante disso, superar o caráter econômico na explicação e na estruturação das classes promove mecanismos que desnudam o verdadeiro sentido implícito nas aparências. Crescimento da capacidade de consumo, surgimento de novas categorias trabalhistas e aumento da renda da classe trabalhadora ainda são confundidos como elementos determinantes na constituição das classes sociais, porém, esses elementos podem causar embaraço ou mesmo alterar a verdadeira percepção acerca da essência, ao mesmo tempo, é preciso refletir criticamente sobre o surgimento de uma "nova classe trabalhadora brasileira", levando em consideração as mudanças provocadas no capitalismo Pós-fordista periférico, o que há de novo verdadeiramente, é uma nova percepção sobre estes trabalhadores e novos entendimentos sobre a complexidade destas mudanças (tendo como mote o contexto histórico brasileiro, a herança colonial e a industrialização tardia).

Mobilizadores Precários e espaço urbano no contexto brasileiro

O acesso ao crédito por parte de muitas famílias brasileiras, a melhoria relativa de renda nos últimos anos e as políticas de transferência de renda estimularam a inserção de milhões de pessoas ao sistema financeiro nacional, especialmente entre os anos de 2002 e 2012, onde as condições econômicas favoráveis em épocas anteriores e a política de contenção da forte crise internacional em 2008 (que ameaçava atingir o país com grande intensidade) alteraram significativamente o consumo e o acesso ao crédito de milhões de famílias. Paralelamente, a adoção de políticas de

¹⁰ A Reforma trabalhista brasileira, aprovada em 2017, é o reflexo contundente da precarização dos direitos trabalhistas historicamente conquistadas. Foram mais de 100 artigos alterados na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a criação de duas modalidades de contratação: trabalho intermitente (por jornada ou hora de serviço) e a do teletrabalho, chamado de *home office* (trabalho a distância). Entre as mudanças estão: convenções e acordos coletivos que poderão prevalecer sobre a legislação, jornada de até 12 horas com 36 horas de descanso e o pagamento do piso ou salário mínimo deixa de ser obrigatório no cálculo da remuneração por produtividade. Além disso, trabalhadores e empresas poderão negociar todas as formas de remuneração, que não precisarão fazer parte do salário. Enfim, criaram-se uma série de mecanismos que estimularam, essencialmente, o trabalho precário e informal, comprometendo inclusive o consumo das famílias brasileiras. <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/emprego-informal-tira-forca-da-retomada.shtml>>. Por outro lado, houve redução significativa das vagas registradas nos últimos meses. <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/02/trabalhadores-informais-denunciam-dificuldade-em-encontrar-vagas-registradas>>.

estímulo ao consumo, materializado em diversos setores e o lançamento de programas com a finalidade de alavancar a produção, como o setor da construção civil, através de uma série de concessões e flexibilidade ao sistema financeiro e às empresas que operam o ramo da construção, fez com que esta política impulsionasse a economia.

É nesta conjuntura que está a grande contradição, quando se tenta definir a condição de classe à dimensão (única) da renda, especialmente num enquadramento econômico propício ao aumento da renda e direcionamento ao consumo, como foi verificado no Brasil em anos anteriores, ou seja, camuflam-se várias dimensões:

O consumidor e mesmo o eleitor (não-cidadão) alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações públicas e privadas (SANTOS, 2012, p. 57).

As classes trabalhadoras precárias inserem-se num contexto de consumo e acesso ao crédito, motivada pela flexibilização do setor financeiro nacional, todavia, isso não garante a possibilidade concreta de acesso à cidadania plena:

Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, s/p, 2013).

A perspectiva de consumo de bens duráveis, semi-duráveis e não duráveis não lhes dão, paralelamente, a possibilidade de acessar boas escolas, um sistema de saúde de qualidade, um transporte público efetivamente eficiente, uma casa com condições necessárias de habitabilidade, um bairro onde exista área de lazer, posto de saúde e escolas próximas de suas residências, serviços de saneamento básico e com condições que evitem a proliferação de doenças e epidemias, logo, o acesso ao crédito e o aumento do consumo no país possibilitou entre outros fatores, o crescimento da economia e uma conjuntura mais favorável, especialmente às classes baixas porém, diante da crise econômica que assolou o país em 2015, a população mais atingida foi a classe popular ou mais baixa¹¹, ao contrário das famílias com renda acima de 10 salários que viu o consumo crescer¹².

¹¹ Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 141 municípios brasileiros com 2.002 entrevistados no segundo semestre de 2015, constatou-se que 57% deles alteraram hábitos de consumo, e, entre os que possuíam renda familiar de até 1 salário mínimo a preocupação com o desemprego atinge 67%, ao mesmo tempo, este grupo é o que mais recorre a um trabalho extra para complementar a renda familiar (OLIVEIRA, 2015).

Diante deste contexto, as classes e as lutas travadas entre elas continuam presentes e muito mais intensas, diante da reorganização e do controle sócio-metabólico do capital que ampliou e complexificou as relações de trabalho e de mercadoria. Ela é resultante da precarização do trabalho vivo, que por sinal, é materializada e exemplificada através de homens e mulheres que vêm suas condições humanas mais básicas diariamente comprometidas. Mais do que enaltecer o "fim" da luta de classes, como fizeram alguns estudiosos em épocas recentes¹³, é preciso caracterizar as condições e as contradições do capital e do trabalho no século XXI:

A luta de classe, que dizem estar suprimida, tornou-se, ao contrário, intensamente exaustiva, assumindo uma dimensão abstrata e recorrente (ALVES, p. 134, 2007).

Maricato (2015) parece conclamar inclusive, para que as forças de esquerda reconheçam a luta de classes no espaço urbano:

Então eu me pergunto porque as forças de esquerda não enxergam que há luta de classes na cidade. O problema não se resolve com a distribuição de renda ou do salário. Porque mais salário não compra o transporte coletivo; não compra uma boa localização na cidade, porque isso fica mais caro. Aumento salarial é absorvido pelo custo da cidade e isso só se resolve com políticas públicas. Reconheço que houve distribuição de renda para comprar carros, motos, eletrodomésticos, uma televisão melhor... não condeno isso, pois uma máquina de lavar roupa, uma geladeira é importante, mas ninguém vive só dentro de casa: vive na cidade (MARICATO, 2015, p. 108).

Desta forma, além dos atributos levantados anteriormente que definem esta classe trabalhadora, especialmente quando este mesmo estrato social, está inserido numa ordem sócio-metabólica do capital, tem-se a necessidade de le

¹² Vide link: <http://www.gazetaonline.com.br/conteudo/2015/07/noticias/dinheiro/3904556- crise-que- crise- consumo-da-classe-ab-segue-firme-e-forte.html>

¹³ Segundo Chauvel (2002) a fonte original de tal argumento parece encontrar-se na Califórnia, nos anos 1950, onde o estudioso Robert Nisbet publicou, na *Pacific Sociological Review*, um artigo denominado "Declínio e queda das classes Sociais". Para tal argumento, o autor sinalizou o aumento do setor terciário e a elevação do nível de vida, conduzindo ao desaparecimento de estratos diferenciáveis. Fato este compartilhado com outros autores como Mills (1979), que cita a complexificação da estrutura de classes e a criação de novas ocupações intermediárias do novo tipo de desenvolvimento capitalista. Outros discursos caracterizavam a desmobilização política, em função do comodismo da sociedade capitalista e o individualismo exarcebado.

var em consideração alguns aspectos, caracterizados como fundamentais, entre eles, destacamos os levantados por Gurvitch¹⁴ (1981), ou seja, o papel desempenhado no antagonismo da luta política pelo poder, a posição desempenhada na produção, circulação e acumulação das riquezas, a tomada de consciência, isto é, a dimensão subjetiva dos trabalhadores e, a forma de socialização que singulariza a classe¹⁵, que Souza (2012) descreveu da seguinte forma:

Não compreendemos a nova classe trabalhadora apenas pelas posições individuais na divisão social do trabalho, embora haja homologia nessas posições como pré-condição para se falar em classes. É preciso levar em conta a forma de socialização que singulariza a classe, na medida em que corresponde a uma estratégia coletivamente montada cujo sentido prático é precisamente o de reproduzir a própria classe, o seu próprio “mundo de vida”. Na nossa visão sociológica, a determinação do comportamento individual por uma lógica de classes significa que a classe é capaz de produzir o tipo de prática cujo encadeamento recursivo tende justamente a reafirmar os seus próprios horizontes, reproduzindo as fronteiras com as demais classes (Ibidem, 2012, p.326 e 327).

Neste sentido, os mecanismos de sociabilidade também são elementos importantes para caracterizar a nova classe trabalhadora. Se o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo rompeu a dimensão fronteira, causando a fragmentação da condição de classes no século XXI, as condições postas também exigem novas ferramentas de organização e mobilização¹⁶.

¹⁴ Concordamos com Gurvitch (1981) acerca de alguns critérios fundamentais que distinguem as classes dos outros agrupamentos particulares: 1. As classes sociais são agrupamentos de fato (ricos em conteúdos e fortemente constituídos); 2. As classes exprimem uma unidade coletiva suprafuncional (englobam agrupamentos unifuncionais e multifuncionais); 3. As classes possuem uma incompatibilidade radical entre elas; 4. As classes possuem uma resistência à penetração da sociedade global (ou ordem capitalista dominante), porém, dois itens que complementam tais critérios colocados pelo autor não se adequam ao caráter da nossa pesquisa, ou seja, As classes sociais são agrupamentos à distância (não pertencem a agrupamentos “íntimos” reunidos permanentemente ou periodicamente) e são agrupamentos que permanecem sempre inorganizados (se exprimem através de uma organização), por levar em consideração a importância do papel do movimento e os mecanismos organizativos que incluem uma participação efetiva.

¹⁵ Divergimos de Standing (2015) que define a classe dos precariados como uma classe que não se mostra organizada, que busca ativamente seus interesses, em face da sobrecarga de informações e das forças tecnológicas. No contexto brasileiro, o precariado é uma classe ascendente, heterogênea, com certo grau de mobilização e reivindicação, materializando-se nos movimentos sem-teto, nos grupos de camelôs que questionam a saída forçada e a intervenção urbana antidemocrática, nas associações de bairro e moradores independentes que se unem contra a saída obrigatória diante de grandes obras urbanas, nos movimentos pela transporte público de qualidade e pela tarifa mais popular, na luta contra a violência policial, entre outros.

¹⁶ Com o refluxo das lutas operárias do final do século XX para os dias atuais, Machado (2009) discute o protagonismo das lutas anti-sistêmicas latino-americanas ocupadas por movimentos populares ligados às demandas “emergenciais” (emprego, reforma agrária, reforma urbana, etc.). Uma complexa formação do proletariado em classe que organiza resistências à dominação neoliberal, incorporando nesses movimentos o que o autor definiu de “subproletário” e “semiproletário”. O primeiro grupo (urbanos) seria os assalariados de baixa renda (“peões” da construção civil, bóias-frias, etc.), autônomos de baixa renda (engraxates, vendedores de rua, encanadores, etc.) e não-remunerados (indivíduos que trabalham para os produtores simples de mercadoria), sendo ainda caracterizado pela falta de organização política e sindical, além da inserção mais ou menos regular no mercado e nível salarial. Já os “semiproletários” rurais integram o campesinato pobre, isto é, uma ampla força de trabalho a serviço do capital em seu processo de expansão.

A implementação do modelo neoliberal de desenvolvimento nas cidades brasileiras¹⁷, a mundialização e financeirização do capital e a precarização de uma massa de trabalhadores cada dia mais crescente, diante de uma conjuntura de retração econômica, faz com que estes injustiçados, que reivindicam condições básicas de sobrevivência, que clamam por moradia digna, que questionam o modelo de desenvolvimento econômico, que exigem a democratização e o acesso à cidade, que constroem territórios contra-hegemônicos, onde se coloca em xeque a legislação vigente e o enfraquecimento dos direitos historicamente garantidos pela classe trabalhadora, que politizam a dimensão da problemática rural-urbana, que exigem serem reconhecidos como seres humanos e que têm direitos rompidos como a garantia ao trabalho, ao lazer, à escolaridade, à alimentação e que, estejam diretamente envolvidos pela precarização do emprego e pelo aprofundamento da contradição capital-trabalho, num período de flexibilização das relações e mecanismos produtivos¹⁸, são portanto, os novos sujeitos coletivos ou os Mobilizadores Precários Urbanos¹⁹.

É neste contexto, que Harvey (2013) sinaliza para a materialização da luta de classes no espaço urbano e as características que integram os grupos que atuam na cidade, compostos por sujeitos historicamente não reconhecidos pelos intelectuais de esquerda, que estão redefinindo e transformando as formas de luta:

[...] Como as cidades são centros de acumulação capitalista, mas também são centros de luta de classes nem sempre reconhecidas pela esquerda, composto por trabalhadores domésticos, trabalhadores de restaurantes, motoristas de táxi, da entrega, não muito bem visto no pensamento de esquerda, e que os torna interessante. Nós estamos começando a ver as organizações desses trabalhadores começando a se unir. Veja as cidades como um ponto forte da luta de classes em muitas questões, tais como aluguel e de crédito sistemas presentes muito fortemente nas áreas

¹⁷ Ver o texto de Carlos Vainer denominado *Quando a cidade vai às ruas* na coletânea *Cidades rebeldes*, que descreve a ascensão de um modelo neoliberal e desenvolvimentista das cidades no Brasil, impulsionadas pelos grandes eventos esportivos.

¹⁸ Ver os trabalhos de Souza (2012) e Stading (2015) sobre a incorporação dos jovens ao mercado de trabalho precário por exemplo, através dos chamados estágios ou nas centrais de atendimento como o telemarketing.

¹⁹ Incluímos neste contexto supracitado donas de casa, diaristas, vendedores ambulantes, desempregados, trabalhadores informais, trabalhadores formais que são atingidos pela espoliação crescente dos mecanismos produtivos e que dividem este vínculo com a venda de diferentes produtos: cosméticos, roupas, bijuterias, comidas, bebidas, etc, pequenos comerciantes que utilizam a residência em que vivem para a venda de produtos alimentícios secos e molhados ou que utilizam seus próprios bairros e/ou adjacências para a venda destes itens, especialmente nos fins de semana, estudantes em busca de seu primeiro emprego ou que possuem vínculos empregatícios precários, enfim, pessoas que possuem uma escolaridade reduzida ou mediana, mas que estão subqualificados e que se integram às políticas de transferência de renda para a complementação da renda familiar, constituindo uma massa de trabalhadores no contexto atual logo, os territórios se tornam instâncias de combatividade e criticidade ao modelo de desenvolvimento urbano imposto e precários, pela contradição do capital na atualidade e novas formas de extração da mais-valia na dimensão do trabalho, tornando-os pessoas que podem agir e pensar diferente, a partir de um contexto específico.

urbanas, razão pela qual as cidades se tornam um meio nas quais novas formas de luta começam a surgir (HARVEY, s/p, 2013).

O espaço urbano, expressa também, a contradição de classes e suas lutas, travadas diariamente entre os que detêm os meios de produção (imobiliárias, construtoras, corporações e especuladores) e os que precisam vender sua força de trabalho, materializada por estes trabalhadores (precarizados), seja na luta pela conquista da moradia, nas insurgências contra as expulsões de moradores em grandes obras urbanas, na disputa pelo acesso e democratização da cidade (uso do espaço público) e nos embates em favor de um planejamento, planos e legislações com um caráter socialmente justo, ou seja, a luta pelo direito à cidade é mais outra expressão da luta de classes, outra forma de contradição capital/trabalho, a manifestação através de outros meios (MARTINS, 2015).

Diante desta realidade, os trabalhadores precarizados, os sujeitos coletivos e os movimentos sociais urbanos da atualidade, expressam essa complexificação no campo do trabalho e o “pluriclassismo”, considerando as classes não mais “homogêneas”, se é que existia uma homogeneidade anteriormente²⁰. O fato é que a luta histórica entre burguesia e operários ganha novos contextos, redefinições e novos elementos interpretativos. O antagonismo capital/trabalho continua sendo o eixo fundamental de contradição da classe trabalhadora.

Se as ocupações sem-teto materializam a luta de classe nas cidades (CANETTIERI e VALLE, 2015), as classes sociais exigem novas determinações e dimensões explicativas, como sintetiza Alves (2007):

A crise do capitalismo “desenvolvimentista”, a onda neoliberal e os processos de reestruturação capitalista na produção e nas políticas públicas, impuseram novas determinações à estrutura de classes sociais, promovendo novas clivagens no interior das classes sociais no Brasil. Nas últimas décadas, o proletariado se ampliou, diferenciando-se e complexificando-se. Deste modo, o debate sobre a natureza do proletariado nas condições sócio-históricas do Estado neoliberal e do sócio-metabolismo da barbárie assume hoje uma nova relevância teórico-analítica e política, pois irá nos habilitar a apreender a base social das transformações históricas possíveis no Brasil (ALVES, p. 272, 2007).

Canattieri e Valle (2015) destacam mudanças no cerne das mobilizações sociais, pois, enquanto que os sindicatos pautavam suas reivindicações em questões relativas ao trabalho de produção e aos desejos a outros elementos da reprodução como a casa e o transporte, o precariado

²⁰ Boaventura de Souza Santos (2008) denomina os movimentos sociais urbanos de interclassistas, uma vez que a “crise urbana” atinge não só a classe operária como largos estratos da pequena burguesia, requerendo uma análise da composição da classe específica uma particular atenção.

enxerga as pautas econômicas de reprodução como fundamentais, estabelecendo seus desejos de produção como pautas secundárias.

Galvão (2011) faz um debate interessante, ao expressar que as ações dos movimentos devem ser analisadas tanto do ponto de vista estrutural, como também conjuntural da sociedade, uma vez que desencadeiam conflitos sociais, expressando-se sobre diferentes formas, intensidades e conteúdos distintos, dependendo do perfil político-ideológico das organizações que assumem e do papel de mediação da ação dos dominados, pois eles mantêm uma forte relação com a posição de classes, mesmo não assumindo em seus discursos, como afirma Galvão (2011):

Essas considerações iniciais nos permitem apresentar uma *primeira proposição* para uma definição marxista dos movimentos sociais: é possível relacionar a eclosão desses movimentos à posição de classe de seus participantes. A relação entre classes e movimentos sociais pode ser apontada pelo analista, ainda que esse elemento não apareça claramente no discurso dos movimentos (que podem não se ver como um movimento de classe, nem considerar suas demandas como demandas de classe – e sim culturais, indelitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais e do reconhecimento). A segunda proposição, relacionada à primeira, é que os movimentos não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas (ou policlassistas), já que estamos considerando classes em sentido amplo, incluindo classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores. Como as classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem do ponto de vista de sua composição, nem de suas demandas (GALVÃO, 2011, p. 113).

Mesmo que os movimentos apresentem-se com variados discursos e diferentes formas de atuação, a definição portanto, indica que há uma forte relação desses movimentos com a posição de classe, com a conotação de classe e com o caráter de classe, pois as demandas socioespaciais dos movimentos e dos sujeitos coletivos são decorrentes em sua essência, das *contradições do capitalismo*, a partir de um conflito básico: o valor de troca da cidade mercadoria e o valor de uso da cidade como condição necessária da vida da classe trabalhadora (HARVEY, 1982)²¹. Nesta circunstância, a luta de classes adquire um caráter importante, não no sentido restrito da palavra, onde a conotação estava relacionada essencialmente à tomada de poder, mas no sentido de estratégia e tática de atuação dos movimentos para a transformação das condições sócio-econômicas e, quiçá, das estruturas de poder vigente.

Desta forma, os movimentos sociais urbanos, não se desassocia da posição de classes, além disso, ações mais imediatas e pontuais podem ser conduzidas para objetivos mais concretos que produzam impactos políticos e de transformação social, isso depende de vários aspectos como: a correlação de forças, a conjuntura política e, essencialmente, o caráter e a forma de atuação dos

²¹ Ver contribuições de Harvey (1982) neste assunto, no excelente texto: *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas*, disponível nas referências.

sujeitos coletivos, enquanto fundamento ideológico, pois, estas ações exprimem as contradições do capitalismo e o modelo de desenvolvimento imposto.

Galvão (2011) elenca ainda, diferentes formas e objetivos da mobilização coletiva, bem como os diferentes níveis de ação política a elas relacionados que se resumem:

1. Demandas pontuais ao Estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”); 2. Luta por reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização) ampliação da cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais (que, ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva antineoliberal); 3. Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero raciais, de preferência sexual; 4. Luta antissistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social, ainda que o projeto político portador de uma nova ordem social não esteja claramente definido. (GALVÃO, 2011, p. 115).

Estes fatores vão de encontro com o que Marx discutiu: lutas econômicas (pontuais e imediatas) e lutas políticas (ações de transformação social e “permanentes”), participação em instâncias de representação burguesas como mecanismos estratégicos e a necessidade de organização sob um caráter revolucionário²². Rompe-se, unicamente com as ações e estratégias da luta de campos opostos: burguesia e proletariado do século passado, em função da multipolarização do capitalismo contemporâneo, sem perder a essência da posição de classes dos participantes dos movimentos (Ibidem, p. 113).

Para Harvey (2005), a acumulação por espoliação²³ é a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital, e os novos movimentos que surgem, são resultantes da própria contradição do capitalismo, denominados por ele, como movimentos insurgentes contra a acumulação por espoliação, que surgem em regiões mais vulneráveis e degradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual. Apresentam-se e motivam diversas lutas: pela preservação ambiental, contra políticas de austeridade, luta dos movimentos camponeses, dos direitos civis e trabalhistas, entre outros. Ao mesmo tempo sinalizam em romper com a organização tradicional operária, onde a luta era essencialmente para a transformação do Estado:

O efeito de todos esses movimentos, *in toto*, foi afastar o terreno da organização política da organização partidária e operária tradicional e levá-

²² Hoje, não há uma distinção ou classificação efetiva entre lutas primárias (lutas do nível de produção, contradição entre capital e trabalho) e, lutas secundárias (urbanização e criminalidade, desenvolvimento econômico e perda da qualidade de vida), uma vez que as lutas secundárias têm revelado uma grande capacidade de mobilização, afrontando ocasionalmente o Estado, de forma mais decisiva que as lutas primárias (SOUZA SANTOS, 2008).

²³ Harvey (2005) denomina acumulação por espoliação a reestruturação produtiva do capital como prática predatória de acumulação primitiva, como Marx já havia identificado: mercadificação e privatização da terra, supressão de direitos dos camponeses às terras comuns e a redefinição do papel do Estado. A diferença é que todos estes elementos continuam presentes e foram aprimorados para desempenhar um papel bem mais forte do que no passado.

lo para o que estava fadado a ser, no agregado, uma dinâmica política de ação social menos concentrada que atravessa todo o espectro da sociedade civil (HARVEY, 2005, p. 138).

Ao se organizarem e desenvolverem mobilizações na conquista da moradia popular, pela reforma urbana, pela democratização do espaço público, contra a mercadificação da cidade e a favor da cidadania, eles colocam em xeque o jogo e os conflitos ditados pela política vigente, pois mesmo que não assumam uma postura tão clara sobre os aspectos ideológicos e políticos no campo marxista, ou não associando ao contexto essencialmente de caráter operário no sentido *sui generis*, contribuem para pôr em evidência as contradições sociais da atualidade, assumindo portanto, uma posição e/ou uma atuação de classes, isto é, a classe dos trabalhadores precarizados, resultantes de um processo de (re) organização do sistema capitalista.

Pode-se pensar o espaço urbano constituído por ações de todas as ordens, cujos objetivos são diversos, e que, ao mesmo tempo, desencadeiam múltiplas solidariedades. Assim, Santos (2008) afirma que as cidades apresentam:

[...] vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas em espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 2008, p. 322).

Desta forma, mais do que compreender esta precarização vigente, os movimentos sociais, os sujeitos coletivos e os despossuídos, precisam criar novas modalidades de organização e mobilização, não apenas utilizando das instâncias (ditas legais) que foram criadas pelas políticas recentes para o diálogo, mas para a construção de propostas efetivamente transformadoras e que garantam as condições essenciais para a habitabilidade e cidadania das famílias. Se o espaço urbano expressa as transformações sócio-metabólicas do capital, as contradições inerentes ao sistema resultam em constantes conflitos entre os despossuídos, os desfavorecidos, os precários e as classes que detêm o capital político, rentista-fundiário e imobiliário na cidade e esses sujeitos denominados de Mobilizadores Precários Urbanos ascendem em grupos ou movimentos que mantêm uma certa organicidade e compartilham de anseios comuns, especialmente na democratização e na conquista de espaços socialmente justos.

Considerações finais

O mundo dito moderno, tornou-se cada dia mais complexo em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, tendo, as próprias relações socioespaciais também sofrido alterações substanciais. Não é diferente, portanto no campo do trabalho, com o crescimento de precarizados e

subempregados, o aumento do desemprego estrutural (e não apenas conjuntural), a volatilidade da mão-de-obra, a fragmentação da classe trabalhadora ou ainda a flexibilização (amparadas pelo Estado) de leis e direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira ao longo de décadas, por exemplo.

Diante deste contexto, foi fundamental analisar um conceito que ressurgiu especialmente nos meios de comunicação e entre os estudiosos do campo social, que é o das classes sociais. Nestas circunstâncias, partiu-se exatamente por reconhecer a interrelação dos movimentos sociais com a condição classista e a luta de classes. Todavia, é importante salientar que a condição de classes, especialmente com as transformações estruturais que o capitalismo promoveu no mundo, não pode ser associado única e exclusivamente à dimensão operária *sui generis*, ou seja, a associação da condição classista ao trabalhador que está inserido ao contexto da fábrica e da indústria, por exemplo. Por outro lado, a classificação das classes utilizando o critério unidimensional (geralmente a renda), vem trazendo uma série de imprecisões acerca da real característica da composição da sociedade brasileira, que alguns vieram a denominar "nova classe média".

A condição de classes continua dialeticamente inserida nas ações e nas estratégias dos movimentos sociais e das lutas no espaço urbano pois, mesmo não construindo narrativas claras de transformação da base socioeconômica do Estado (*Status Quo*), como propunham os movimentos no passado, verifica-se, entretanto que suas características vão além da associação com a base econômica e/ou a posição no sistema produtivo, com a ascensão de uma classe trabalhadora cada dia mais precarizada. Não obstante, suas ações são fundamentais na condição de classes, porque eles colocam em xeque o papel deste mesmo Estado e a hegemonia do capitalismo na construção das desigualdades e contradições vigentes.

A consolidação de leis e canais participativos e democráticos (como o Estatuto da Cidade de 2001) para o espaço urbano, funcionam como mecanismos estratégicos de enfrentamento da ordem posta, ou seja, a privatização do espaço público, a mercadificação das cidades, o planejamento estratégico que transforma o espaço de consumo em espaços da mercadoria e a supervalorização do discurso hegemônico de redefinição das cidades, em espaços indutores do desenvolvimento e do espetáculo (como os poderes de atração de grandes eventos como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016).

Se houve um aumento no consumo e da renda nos últimos anos, bem como o acesso a bens materiais de consumo, isso não foi acompanhado pela melhoria das condições que englobam o viver dignamente, ou seja, a melhoria efetiva dos transportes públicos, da ampliação do acesso ao lazer e à cultura, da melhoria do sistema de saúde e do saneamento básico, entre outros elementos

importantes para a habitabilidade. Sendo assim, o que fica demonstrado é a minimização do sofrimento, através de políticas pontuais de atendimento às classes populares.

Diante deste contexto, é preciso atualizar a práxis do movimento, a partir da reflexão permanente com as famílias: das contradições socioespaciais que acometem as mesmas, além da necessidade de intensificar as lutas cotidianas dos Mobilizadores Precários, para a partir daí, construir possibilidades de conquistas verdadeiramente efetivas, além da importância da organização e da manutenção da coesão ideológicas, evitando a cooptação e o abandono de bandeiras históricas, especialmente em épocas de crescimento de setores conservadores e reacionários contra os anseios populares. Logo, os movimentos precisam se reorganizar, tendo como mote lutas históricas que curiosamente foram esquecidas ou colocadas em segundo plano, como a luta pela Reforma Urbana e o complexo e concentrador sistema fundiário brasileiro.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez/ Unicamp, 2000. 200p.

ARAÚJO, Álison Cleiton de. Centralidade do trabalho: elementos críticos diante da crise contemporânea do capital In: **IV JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS**, 7., 2015, São Luís. Anais eletrônicos da IV Jornada Internacional Políticas Públicas. neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, São Luís: UFMA, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/2.%20Transforma%C3%A7%C3%B5es%20no%20mundo%20do%20Trabalho/CENTRALIDADE%20DO%20TRABALHO%20elementos%20criticos%20diante%20da%20crise%20contempor%C3%A2nea%20do%20capital.pdf
Acessado em: 20 ago. 2017.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “A Nova Classe Média” vai ao paraíso? In: Circuito de debates acadêmicos: programas e resumos, 1, 2011, Brasília: Ipea. **Anais...** Brasília, 2012. Disponível em: Acessado em: 06 dez. 2017.

AUGUSTO, André Guimarães. O fim da centralidade do trabalho? **Pesquisa & Debate**, São Paulo, volume 9, número 2 (14), p. 87-104, 1998.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição, Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. 288 p.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia:** trabalho, precariedade e rebeliões sociais. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

BRASIL. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. **Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro (2001-2012)**. Brasília: MP, 2012. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/central-de-conteudos/publicacoes/idb-portugues.pdf>.
Acessado em: 10 set. 2017.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.15, p.57-70, 2002.

DOLCE, Júlia. Com vagas registradas em queda livre, cresce total de trabalhadores informais. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 05 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/02/trabalhadores-informais-denunciam-dificuldade-em-encontrar-vagas-registradas>>. Acesso em 12 de jul. 2018.

DUNDER, Karla. Informalidade e trabalho autônomo batem recorde no Brasil. **R7**. São Paulo, 06 de novembro de 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/informalidade-e-trabalho-autonomo-batem-recorde-no-brasil-06112018>>.

FIGUEIREDO SANTOS, José A. Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil in Fórum: classes sociais, território e saúde: questões metodológicas e políticas. Palácio Itaboraí, **Cadernos do Itaboraí**, V. 01 N. 01, Editora Fiocruz, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2013.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: **Revista Crítica Marxista**. Campinas: Ano 17, n. 32, p. 107-126, 2011. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf>. Acessado em: 10 set. 2017.

GURVITCH, Georges. **As classes sociais**. São Paulo: Global, 1982. 230 p.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Cortez, n.6, jun. set, 1982.

_____. **O novo imperialismo**. 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. “La ciudad es el lugar de La lucha anticapitalista”. [30 de maio de 2013]. Buenos Aires: **Revista de cultura do Clarin**. Entrevista concedida à Alejandra R. Ballester à coluna ideas, 2013. Disponível em: http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/David_Harvey-ciudad-lugar-lucha-anticapitalista_0_925707445.html>. Acessado em: 05 jul. 2017.

_____. A liberdade da cidade. In: **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 120 p.

LIMA, Flávia. Emprego informal tira força da retomada. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 de março de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/emprego-informal-tira-forca-da-retomada.shtml>>. Acessado em: 10 de jul. 2018.

LOURENÇO, Gabriel Gomes. O fim do fim do trabalho: uma crítica à chamada sociedade pós-industrial e sua relação com os movimentos de trabalhadores. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 3, p. 104-121, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/52542/56508>>. Acessado em: 10 set. 2017.

IPEA. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Brasília: Comunicados do Ipea, Brasília, n. 155, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4639/1/Comunicados_n155_Decada.pdf>. Acesso em: 04/12/2016.

MACHADO, Eliel. Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas antisistêmicas? **Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.32-42, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. É a questão urbana, seu estúpido! In: **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil** / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, 120 p.

MARTINS, Raphael. A luta pelo direito à cidade: uma bandeira exógena ao marxismo? In: **Anais VIII Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2015, Campinas. Anais eletrônicos do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas: UNICAMP. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Thiago%20Franco%2010265.pdf>. Acessado em: 10 jul. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 18ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

MILLS, Wright. **A nova classe média**. Rio de Janeiro; Zahar, 1979.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012. 128 p.

NERI, Marcelo (Coord). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. 71 p. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_TextoFinal.pdf>. Acessado em: 05 fev. 2018.

_____. **A nova classe média: O Lado Brilhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

OLIVEIRA, Felipe. Crise faz 57% dos brasileiros mudarem hábitos de consumo. **Folha de São Paulo** [São Paulo, 09 de set. 2015]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1679422-crise-faz-57-dos-brasileiros-mudarem-habitos-de-consumo.shtml>>. Acessado em: 10 set. 2017.

QUADROS, Waldir. **A evolução da estrutura social brasileira**. Notas metodológicas. Texto para discussão, IE/UNICAMP, n. 147, nov, 2008.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SALATA, André Ricardo. **Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo Sobre Identidades de Classe**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, n.01, p. 111-149, 2015.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 176 p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2. 1980.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200004&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 10 set. 2017.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 404 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. In *Invasões Urbanas Conflito de Direito de Propriedade*. Joaquim Falcão (org). **O Estado, o direito e a questão urbana**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 17-94.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**; Tradução Cristina Antunes. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil** / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 120 p.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado**. Tradução de Juliana Coli. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 169 p.